DOCTRINA

UMA NOVA FILOSOFIA PARA TRATAMENTO DO PRESO

APAC – ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO E ASSISTÊNCIA AOS CONDENADOS – PRESÍDIO HUMAITÁ

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

LUIZ FLÁVIO BORGES D'URSO*

Sumário

I – Introdução. II – As estatísticas da APAC. III – O desafio de fazer nascer a APAC. IV – A filosofia apaqueana. V – As inovações no sistema penitenciário. VI – A sociedade participando. VII – A experiência servindo de modelo para o Brasil e para o mundo. VIII – Como a APAC pode ser uma realidade. IX – Conclusão.

I – Introdução

O Brasil tem enfrentado grandes dificuldades com seu problema penitenciário, ensejando uma reflexão mais profunda sobre uma filosofia de tratamento do preso, diferente de tudo o que já se observou no país e no estrangeiro, essa nova filosofia denomina-se APAC (Associação de Proteção e Assistência aos Condenados).

* Advogado criminalista, Presidente do Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária-SP, Presidente da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas – ABRAC, Conselheiro da OAB/SP, Professor de Direito Penal, Mestre em Direito Penal pela USP, Membro do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça e Membro da Comissão Especial do Ministério da Justiça para Reforma da Lei de Execuções Penais.

O modelo implantado na APAC tem chamado a atenção do mundo, porquanto incontáveis missões estrangeiras lá estiveram para perquirir sobre esse sistema, que vem de encontro a tudo o que a ciência penitenciária tem estabelecido como o ideal. Delegações das Américas e da Europa são as mais frequentes e os pesquisadores estrangeiros mais sensíveis ao trabalho que se desenvolve na cidade de São José dos Campos, interior do Estado de São Paulo, no presídio denominado HUMAITÁ.

Mas, o que de tão esplêndido pode haver num modelo prisional, para chamar a atenção do planeta, embora nosso país ainda não tenha despertado para a experiência, largamente provada e bem-sucedida? Basta pinçar um único dado, no tocante ao grau de reincidência, que já justificaria a curiosidade exploradora dos estudiosos da matéria.

II – As estatísticas da APAC

A Associação de Proteção e Assistência aos Condenados – APAC foi implantada há vinte anos e durante esse período de duas décadas, o índice de reincidência é de 4% (quatro por cento), enquanto a média nacional esbarra nos 85% (oitenta e cinco por cento) e a média mundial não diminui dos 70% (setenta por cento). Somente esse dado justificaria esta nossa reflexão, mais isso não é tudo, há muito mais.

O quadro estatístico da APAC, quando da elaboração deste trabalho revelava a seguinte população prisional de um total de 703 recuperandos (denominação exclusivamente utilizada, evitando-se expressões como detento, recluso, condenado, preso ou reeducando), compreendendo: no regime fechado – 97; no regime semi-aberto – 44; no regime aberto – 155; com limitações de fim de semana – 74; com prisão albergue domiciliar – 3; com livramento condicional – 40; beneficiados pelo *sursis* – 290.

A Associação registra ainda um total de 3.502 saídas de seus reeducandos, para páscoa, natal, ano novo, etc., não tendo retornado apenas 6 (seis). Há que se ressaltar que nos 20 anos de existência, houvera apenas 7 fugas e 8 abandonos, além do índice de reincidência ser de somente 4% (quatro por cento).

Quando se visita a APAC, o que tivemos oportunidade de realizar por diversas vezes, inclusive em missão oficial pelo Ministério da Justiça, com o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, para inspecionar

a unidade, de pronto observa-se algo surpreendente, o portão de entrada do estabelecimento nos é destrancado por um recuperando. Daí se pode começar a compreender a filosofia da APAC.

III – O desafio de fazer nascer a APAC

A APAC é uma entidade civil, com personalidade jurídica própria, fundada em 15 de junho de 1974, que tem por finalidade, conforme descrito nos seus Estatutos, recuperar os condenados e proteger a sociedade. A filosofia implantada é a de *matar o criminoso e salvar o homem*.

O móvel que levou algumas poucas pessoas a fundar tal entidade foi o de ajudar os presos, desenvolvendo atividades no presídio, suprimindo a falta do Estado e atuando como órgão auxiliar da Justiça na execução da pena, conforme inserido no art. 2º do seu estatuto, determinando assistência aos condenados no que concerne à família, à educação, à saúde, ao bem-estar, à profissionalização, à reintegração social, a pesquisas psicossociais, à recreação e principalmente ao aspecto espiritual, resumindo-se na função social da pena.

Segundo nos relata o idealizador e presidente da APAC, Dr. Mário Ottoboni, inúmeras dificuldades se antepuseram à implementação desse modelo, pois a incredulidade e desconfiança eram muito grandes e no começo, o grupo de cidadãos que pretendia trabalhar com presos era visto com cautela pelas autoridades, mas impuseram a necessidade da experiência face à média de 75% de reincidência que agravava o grau de corrupção entre presos, provocado, principalmente, pela ociosidade nos presídios.

Assim, lentamente foram sendo realizadas experiências, observado o comportamento humano do preso, suas transformações de conduta, aliadas ao relacionamento do preso na cela, com os membros da APAC e demais autoridades. Os membros da APAC, segundo seu presidente, encontraram razão para seu trabalho, na caridade de Deus e impregnaram o preso de confiança em si mesmo e no futuro.

Dessa forma a APAC estabeleceu uma escala de recuperação, contendo quatro estágios, sendo dois em *regime fechado*, um em *regime semi-aberto* e outro em *regime aberto* e suas etapas se alicerçavam nos seguintes itens

indicados pela APAC: matar o criminoso para salvar o homem; disciplina com amor; a religião como fator básico da emenda; o preso ajudando o próprio preso; assistência e orientação concomitantes ao preso e respectiva família e sistema progressivo de cumprimento de pena.

IV – A filosofia apaqueana

Um aspecto fundamental no trabalho da APAC, é de fazer dos membros da entidade uma grande família, na qual o reeducando pudesse se espelhar, buscando exemplos de vida, despertando tudo isso por meio de palestras de valorização humana, lastreado no diálogo como base da unidade, a fim de eliminar as dissenções que acabavam por subjugar o mais fraco, que gerava, inclusive a pederastia passiva; o respeito às autoridades, especialmente aos do quadro de segurança, bem como aos casais de padrinhos – que acolhem um determinado preso, acompanhando-o, fazendo-o importante e destinando a ele atenção que lhe carecia pela falta de uma família.

O trabalho tem fundamental importância no método da APAC, pois é visto como fator essencial à vida do homem, desenvolvendo treinamento paulatino até que o preso assuma esse compromisso, como condição para retornar ao convívio social. Convém lembrar que muitos presos jamais trabalharam honestamente na vida, por isso a importância dessa etapa. O princípio é do preso ajudar o próprio preso, restaurando-lhe o sentimento de autoconfiança, por ser útil e por demonstrar que alguém de fora do sistema acredita na sua recuperação.

Enfim, ainda nesse contexto, há que se ter a promoção do homem pelo crédito, pela confiança, pela conquista com o próprio esforço, pelo acolhimento fraterno de suas aspirações, pelo trato que lhe é reservado e que reserva aos demais, além da presença constante do casal voluntário junto ao condenado, orientando-o amigavelmente e acompanhando-o no caminho do bem.

Outra pessoa que teve importante papel na criação da APAC, foi o Juiz de Direito, Dr. Silvio Marques Neto, que também muito se empenhou para, dentre outras conquistas, substituir o Atestado de Antecedentes Criminais pelo Atestado fornecido pela APAC, para que o egresso tivesse uma oportunidade na sociedade, o que foi conseguido, pois hoje, somente em São José dos Campos, mais de 250 (duzentos e cinquenta) ex-presos, trabalham em conceituadas firmas, rompendo o círculo vicioso do sair e voltar ao presídio, como numa *porta giratória*.

V – As inovações no sistema penitenciário

Na APAC pode-se constatar algumas inovações que desmentem alguns tabus na área penitenciária. A primeira inovação é que o sistema tem a religião como fator básico, entendendo que profissionalizar o homem, sem religião, não conduz a nada. Importante se observar que no sistema APAC, não se impõe esta ou aquela religião, mas por todos os meios possíveis se tenta convencer o presidiário da necessidade de se professar uma delas.

Outra inovação é a responsabilidade facultada ao reeducando de cuidar de outros reeducandos, inclusive chegando ao ponto máximo de fazer até escolta de outros presos para depoimento em juízo, para atendimento odontológico, médico, velório, casamento, etc. mas geralmente ficando no atendimento cotidiano pelos corredores, nas compras, no encaminhamento de correspondências, limpeza e serviços burocráticos.

A inovação dos padrinhos também é *marca registrada* da APAC, pois desde seu início utiliza em seu sistema o trabalho de casais para desempenharem a missão de padrinhos. Cada casal *adota*, de acordo com escala da entidade, um ou mais presos, como afilhados e passa a orientá-los, ouvi-los e a ajudá-los a solucionarem seus problemas. Estudos disponíveis na APAC mostram que 98% (noventa e oito por cento) dos presos emergiram de famílias enfermas, daí a importância de um ponto de referência familiar fora do sistema prisional.

Quanto às visitas, também se instalam inovações, pois não se submetem à revista, mas, desde que o recuperando tenha disciplina e bom comportamento, além da constância do visitante, entendendo a APAC empreender, assim, atos socializadores de seu programa. São promovidos domingos de formação e reflexão com os familiares e recuperandos dos regimes semi-aberto e aberto.

Algo que chama muito a atenção é a possibilidade de o recuperando administrar seu próprio dinheiro, inclusive fazendo compras na cantina do presídio com dinheiro, o que lhe habitua a guardar e respeitar o dinheiro alheio.

VI – A sociedade participando

A participação da sociedade no processo de recuperação do preso é almejada pelo legislador pátrio e provoca inúmeras vantagens para a

comunidade, quer pela ausência da desconfiança entre preso e sociedade, quer pelo afastamento de preconceitos inquebrantáveis e de muito solidificados em nosso meio.

Portanto, a APAC se autodefine como órgão auxiliar da Justiça, com tríplice finalidade, primeira a de preparar o preso para voltar ao convívio social, aplicando-lhe Terapêutica Penal própria, cumprindo, assim, a finalidade pedagógica da pena; segunda, a proteção à sociedade, devolvendo ao seu convívio, homens em condições de respeitá-la, fiscalizando o cumprimento da pena e opinando acerca da concessão de benefícios penitenciários, bem como a revogação dos mesmos; e terceira, a assistência às famílias dos presos, procurando evitar que os rigores da pena extrapolem a pessoa do condenado além de sufocar a fonte geradora de novos criminosos.

Dessa forma, melhor estudo e maior atenção devem ser dispensados ao modelo APAC, que com muito sucesso, e com total independência do Estado, revela resultados muito animadores para o nosso país.

VII – A experiência servindo de modelo para o Brasil e para o mundo

A APAC de São José dos Campos é a primeira do mundo e hoje, seu método, segundo dados oferecidos pela própria associação, é adotado em mais de 130 cidades, atingindo mais de 12 Estados brasileiros. No Equador começam a adotar o Sistema APAC em todo o país e nos Estados Unidos, já foram publicados dois livros sobre o trabalho da APAC.

No Brasil, a filosofia da APAC é adotada em diversas unidades prisionais, em diversos Estados, a saber:

a) no Estado de São Paulo, nas cidades de Americana, Araçatuba, Arujá, Atibaia, Barra Bonita, Barretos, Birigüi, Bragança Paulista, Campinas, Caraguatatuba, Catanduva, Diadema, Dracena, Espírito Santo do Pinhal, Ferraz de Vasconcelos, Garça, Guararema, Guaratinguetá, Ibitinga, Itararé, Itatiba, Jaboticabal, Jacareí, Leme, Limeira, Mauá, Mogi das Cruzes, Mairiporã, Orlândia, Osasco, Osvaldo Cruz, Ourinhos, Paraibuna, Pereira Barreto, Piracicaba, Piraju, Pirassununga, Rio Claro, Salto, Santa Bárbara D'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Cruz do Rio Pardo, Santo André, São Bernardo do Campo, São João da Boa Vista, São José dos Campos, São Paulo, São José do Rio Pardo, Sorocaba, Taboão da Serra, Taquaritinga, Viradouro, Visconde do Rio Branco e Votuporanga;

b) no Estado de Minas Gerais, nas cidades de Além Paraíba, Araxá, Astolfo Dutra, Belo Horizonte, Carmo do Cajuru, Cataguases, Conselheiro Lafaiete, Divinópolis, Governador Valadares, Guarani, Itajubá, Itapeva, Itaúna, Juiz de Fora, Leopoldina, Machado, Malacacheta, Mar de Espanha, Mariana, Mateus Leme, Montes Claros, Muriaé, Pará de Minas, Paraguaçu, Patos de Minas, Ponte Nova, Pouso Alegre, Santo Antonio do Monte, São Lourenço, Senador Firmino, Tombos, Ubá e Uberlândia;

c) no Estado do Rio Grande do Sul, nas cidades de Agudos, Caçapava do Sul, Cachoeira do Sul, Esteio, Jaguari, Santa Maria, São Sepé, São Vicente do Sul, Sobradinho e Taquari;

d) no Estado do Rio de Janeiro, nas cidades de Angra dos Reis, Barra Mansa e Volta Redonda;

e) no Estado de Alagoas, nas cidades de Arapiraca, Maceió, Palmeiras dos Índios, Penedo, Rio Largo e São Miguel dos Campos;

f) no Estado de Tocantins, na cidade de Araguaína;

g) no Estado de Mato Grosso do Sul, na cidade de Campo Grande;

h) no Estado de Pernambuco, na cidade de Caruarú;

i) no Estado do Espírito Santo, nas cidades de Colatina e Guacuí;

j) no Estado do Ceará, nas cidades de Crato e Fortaleza;

k) no Estado de Goiás, nas cidades de Goiânia e Itumbiara;

l) no Estado de Santa Catarina, nas cidades de Criciúma, Florianópolis e Itajaí;

m) no Estado da Bahia, nas cidades de Itaberaba e Salvador;

n) no Estado do Paraná, nas cidades de Londrina e União da Vitória;

o) no Estado do Maranhão, na cidade de São Luís.

No Exterior, o sistema está implantado nos seguintes países: Equador, Escócia, Colômbia e Coréia do Sul.

VIII – Como a APAC pode ser uma realidade

A associação vive de contribuições mensais de seus sócios e de algumas doações de admiradores de seus métodos, não cobrando nada para

receber ou ajudar seus presos, restando lembrar que a vinda do preso para a APAC é sempre dependente de autorização judicial, sendo o Juízo da Corregedoria dos Presídios quem controla as vagas dos regimes fechado, semi-aberto e aberto.

No regime fechado a APAC se preocupa com a auto-imagem do preso fazendo aflorar os valores intrínsecos do ser humano, com laborterapia. Na fase do semi-aberto, cuida-se da formação da mão-de-obra especializada respeitando-se a aptidão de cada um no regime aberto (albergado), como prêmio, o recuperando não precisa pernoitar na unidade, mas deve assinar o livro de ponto e comparecer a todos os atos socializadores.

IX – Conclusão

Enfim, pelo princípio *do preso ajudando o preso* é que se obtém algum resultado pela solidariedade, ensinando a conviver comunitariamente, não descuidando na recuperação de fatores como a saúde, educação, ensino, cultura, religião, evitando-se a ociosidade a qualquer custo.

O sistema APAC, foi, primeiramente implantado no presídio Humaitá, estabelecimento gerido pelo Estado, até 1984, quando a APAC assumiu, definitivamente e exclusivamente, a unidade prisional, administrando-a para o Poder Judiciário sem concurso da polícia civil ou militar, nem de qualquer agente estatal.

O Governo do Estado de São Paulo renovou a concessão da área onde está localizado o presídio Humaitá, fazendo publicar no Diário Oficial do Estado, no dia 24 de março de 1994, o Decreto nº 38.486, pelo qual concedeu o prédio do Presídio para a continuação dos trabalhos pela APAC, por mais 20 (vinte) anos, o que revela, novamente, a importância desse grandioso trabalho.

A participação do Estado é fundamental na execução da pena e o sistema APAC não a nega, pelo contrário, a auxilia e com desprendimento de seus integrantes, a completa, integrando a comunidade nessa tarefa, razão pela qual somos pela recomendação do sistema, adequando-o, o que é perfeitamente possível, às peculiaridades regionais de nosso país, pois a APAC é um exemplo a ser seguido.